

## RESUMO

As fronteiras são mais do que linhas divisórias que marcam as soberanias dos países. São franjas de transição territoriais detentoras de um importante património cultural e natural que mantêm símbolos e elementos diferenciais que se convertem actualmente em atractivos turísticos dando resposta a novos fluxos da procura. No caso específico da fronteira luso-espanhola, esta franja compreende na sua grande generalidade um território interior com características de desertificação e despovoamento que no espaço europeu é apenas ultrapassada pelas regiões polares. O trabalho agrícola e o usufruir da paisagem carecem de estratégias inovadoras, para que a presença humana se mantenha e para que se possa gerir económica e socialmente um território mais resistente a perturbações catastróficas, como os grandes incêndios. O turismo surge então como um dos motores de desenvolvimento deste espaço, com potencialidade de inverter o ciclo de que tem vindo a ser alvo desde há décadas.

## PALAVRAS-CHAVE

Turismo; património; fronteira luso-espanhola; despovoamento; desertificação.

## ABSTRACT

Borders are more than dividing lines that mark the sovereignty of countries. They are territorial transition fringes that hold an important cultural and natural heritage maintaining symbols and differentiating elements, which are currently becoming tourist attractions responding to the new demand flows. In the specific case of the Luso-Spanish border, this fringe comprehends in its great generality an interior territory with characteristics of desertification and depopulation that in the European space is only surpassed by the polar regions. The agricultural work and the use of the landscape need innovative strategies, so that the human presence can be maintained, and to be able to manage economically and socially a territory more resistant to catastrophic disturbances, like the great fires. Tourism emerges as one of the

engines of development of this space, with the potential to reverse the cycle that has been the target for decades.

## KEYWORDS

Tourism; heritage; Luso-Spanish border; depopulation; desertification.

## 1. O CONCEITO DE FRONTEIRA

Com óbvia conotação política, a fronteira representa para o turismo um simbolismo inerente ao imaginário do turista, pois a separação física oferece à sua mente muitas imagens materiais e imateriais de ambos os lados da mesma (Costa et al., 2012). O conceito de fronteira é diverso em função das diferentes disciplinas do conhecimento que o estudam. Destaca-se, no entanto, a geografia – e com maior destaque a geopolítica – como ramo do conhecimento que mais se tem dedicado a este propósito. Segundo o geógrafo alemão Ratzel<sup>1</sup> (cit. por Rankin e Schofield, 2004), a fronteira apresenta-se mais como uma zona do que uma linha, representando os limites periféricos do Estado e sem autonomia própria. Entretanto, Machado (2000) ressalta a necessidade de estabelecer a distinção entre fronteira e limite: a fronteira pode ser um factor de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante intercâmbio de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, enquanto o limite é um factor de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo. Para Lacoste e Cléro (2007), o conceito de fronteira refere uma linha de separação e contacto entre dois ou mais Estados, manifestando uma descontinuidade evidente, não só territorial, mas que também pode dever-se a aspectos culturais, religiosos, económicos, não sendo obrigatório que estas descontinuidades coincidam exactamente com as fronteiras geográficas habituais.

\* Professor Adjunto. jmourao@iscet.pt.

Enquanto o limite jurídico do território é uma abstracção, gerada e sustentada pela acção institucional do Estado territorial, portanto um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira é um lugar de comunicação e troca. Por isso, pensar a fronteira requer pensar a dualidade de relações, sejam sociais, simbólicas ou políticas, e as múltiplas facetas manifestas no território. Ao tentarmos estudar a fronteira no campo do turismo implica ter de analisar dois espaços: o espaço preenchido pela realidade política, económica e sociocultural que diremos fixo e o espaço dos fluxos daqueles que a atravessam.

## 2. O TURISMO DE FRONTEIRA

Longe vão os tempos em que a passagem de determinada fronteira pela primeira vez gerava antecipadamente no imaginário dos viajantes uma experiência cheia de emoções muito ligadas ao sentido do “desconhecido” do que iriam encontrar. As novas gerações do mundo global atual, com o acesso virtual, fácil e rápido da informação dos destinos, não viverão com a mesma intensidade este tipo de experiência.

Se nos reportarmos à fronteira que historicamente separa duas ou mais realidades soberanas, surgem-nos à mente todos os marcos (símbolos, bandeiras, escudos, monumentos, postos de fronteira aduaneiros) utilizados por cada país para identificar o ponto de início da sua soberania.

Mesmo entre países onde as fronteiras institucionais foram abolidas, como é o caso de muitos dos espaços fronteiriços da União Europeia, esses marcos permanecem e por vezes foram criados outros, sem intenção de remarcar a divisão política, mas como símbolos de diferenciação que funcionam como força de atracção dos fluxos turísticos, usando a fronteira como um produto turístico através da patrimonialização de referências materiais e imateriais da mesma. As administrações locais e o turismo, ao instrumentalizar estas referências, geram um fascínio no imaginário daqueles que se interessam por experienciar o estar num destino liminar onde é pressuposto se contraporem culturas diferentes. No entanto, a

evolução, motivação e diversificação dos mercados turísticos é tão rápida que para alguns produtos turísticos emergentes não existem ainda muitos estudos nem estatísticas que os suportem. É o caso do turismo de fronteira ou fronteiriço, e o facto explica-se pelo seu tempo recente de surgimento e talvez também por uma certa indefinição deste produto que é transversal a outros (Almonte e Garcia, 2018). No âmbito do turismo de fronteira, convém também distinguir entre turismo transfronteiriço e turismo na fronteira: no primeiro caso o destino turístico ocupa um espaço notoriamente maior do que a fronteira administrativa. O território visitável engloba um espaço “mestiço” situado em ambos lados da fronteira e cujos limites não estão claramente definidos (Ramirez, 2017). Trata-se de uma área difusa e variável onde as populações compartilham características culturais mais ou menos comuns. Podemos considerar como um espaço de transição onde os elementos culturais mais vinculados vão desaparecendo à medida que nos afastamos da linha de fronteira. Para Blasco (2013), as fronteiras são factores determinantes na criação e evolução dos destinos turísticos, pois o turismo de fronteira associado às viagens transfronteiriças permite aos países limítrofes o poder usufruir da sua oferta na plenitude dos seus diferentes atractivos: a paisagem natural, cultural, os eventos que se realizam nos dois lados da fronteira, a gastronomia, entre outros. Segundo Paixão (2006), a existência do turismo de fronteira implica a existência de uma certa integração entre os territórios vizinhos, e quanto maior for essa integração maior será o significado do turismo como parte da mesma, já que as actividades turísticas ao serem desenvolvidas irão contribuir para o crescimento dos destinos. De acordo com Medeiros (2010), turismo de fronteira pode ser definido como “a reinvenção da fronteira” enquanto destino turístico, associada a uma identidade distinta em termos socioculturais, e o atravessamento da fronteira ao assegurar a sua partilha torna-se no principal objecto de motivação e experiência turística. Existem defensores do conceito de “turismo de fronteira” como de um produto turístico se tratasse, dado o seu papel relevante no impulso do desenvolvimento da economia transfronteiriça. Um conjunto de investigadores reunidos no projeto TURFRONT2<sup>2</sup> têm vindo a trabalhar no sentido

de oficializarem esta tipologia de produto “turismo de fronteira”, motivados pelo objectivo de que o mesmo seja assumido pelas políticas e programas de nível regional e local. Desde há cerca de duas décadas que a União Europeia, através dos seus instrumentos estratégicos financeiros, tem convertido o turismo transfronteiriço num dos eixos mais relevantes da política regional. Este novo produto abarcaria, do lado da procura, os fluxos dos viajantes e turistas e, do lado da oferta, os elementos que apoiam a fronteira como destino, com particular realce para a história e património, assumindo ainda um carácter transversal e integrador de outros produtos turísticos (Almonte e Garcia, 2018).

### 3. A DESERTIFICAÇÃO E O DESPOVOAMENTO DOS TERRITÓRIOS DO INTERIOR

Portugal, como quase todos os países desenvolvidos da União Europeia e do mundo, identifica desde há décadas duas situações problemáticas e de certa gravidade: num extremo, a existência de certas áreas fortemente afetadas pelo despovoamento, apenas superadas pelas regiões polares do nosso continente; e no outro extremo, a dos territórios sobrepovoados sujeitos diariamente a uma degradação física e química que põe em causa os princípios do desenvolvimento económico e social equilibrado e sustentável, e por conseguinte o futuro das próximas gerações.

A expressão “desertificação humana” é muitas vezes utilizada como sinónimo de despovoamento, mas o termo “desertificação” diz respeito à degradação da terra pelo elevado grau de secura, resultante de factores naturais ou das actividades do homem. Em Portugal, os dois conceitos estão intimamente ligados: o despovoamento é ao mesmo tempo efeito e causa da degradação das terras, ocorrendo devido ao facto de a terra se ter tornado improdutiva para as necessidades da vida das populações, em consequência da degradação a que esteve sujeita ao longo dos tempos, ou ao facto de a pobreza das mesmas não ter sido alvo do interesse dos agentes económicos e sociais. Com o despovoamento, essas áreas ao abandono, ficam desprovidas das condições que permitiriam favore-

cer a regeneração da cobertura vegetal e em consequência a infiltração da água no solo e subsolo. No nosso país a área susceptível de desertificação tem vindo a alargar-se, correspondendo a 58% do território (Freitas, 2017). As alterações do clima, os solos pobres com baixo nível de matéria orgânica, a escassez e fraca capacidade de retenção de água, apresentam baixa produtividade, e levam ao abandono e incêndios rurais. As previsões futuras das alterações climáticas referem a ocorrência de períodos de chuva mais intensos no inverno e verões mais quentes e secos, ou seja, mais condições para crescimento da vegetação e acumulação de combustível e melhores condições para os incêndios. Por outro lado, o despovoamento e o abandono rural transformaram os *habitats* agrícolas e pastoris em vastas áreas de vegetação combustível pronta a servir de pasto para as chamas. O interior centro e norte do país apresenta um despovoamento desde as décadas de 1940 e 1950 com a ocupação pelos Serviços Florestais dos terrenos baldios e desde a década de 1960 com a emigração para a Europa. Com a vinda da democracia em 1974 e o acesso ao ensino da maioria da população, intensificou-se o despovoamento do interior pelo abandono da actividade agrícola. Por outro lado, os territórios rurais têm-se confrontado com os processos de modernização da agricultura e as suas dificuldades de adaptação aos parâmetros europeus. Estas alterações levaram a novas vagas de abandono rural e a um envelhecimento da população mais vincado nas zonas de interior/montanha.

O acentuado despovoamento que se tem verificado faz com que hoje estas largas áreas se reduzam a uma população diminuta e envelhecida. Este facto tem desmotivado os governantes para a tomada de medidas nessas regiões, aumentando assim a tendência para o despovoamento cada vez maior e mais grave.

Por outro lado e no outro extremo, as pessoas que abandonam estas áreas vão concentrar-se nas cidades, especialmente no litoral, criando-se assim enormes pressões sobre esta área, quer a nível demográfico, quer ambiental, pondo em causa a sustentabilidade dos territórios. A gestão das grandes áreas urbanas torna-se cada vez mais difícil e dispendiosa; verificam-se aspectos cada vez mais graves de degradação da paisagem e dos recursos natu-

rais, como a poluição, a impermeabilização do solo, a degradação da vegetação, o desaparecimento das áreas rurais...). Neste aspecto particular do sobrepovoamento das grandes urbes não é de todo alheio o impacto negativo que o turismo tem vindo a originar nos anos mais recentes.

#### 4. O ESPAÇO FRONTEIRIÇO PORTUGAL/ESPANHA

As fronteiras entre Estados foram sempre uma condicionante histórica ao desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios próximos das mesmas. Apresentam de uma maneira geral níveis de desenvolvimento inferiores a outras regiões devido ao “efeito fronteira”, porque se situam geralmente distantes dos grandes centros de actividade económica e política, e no caso do espaço transfronteiriço luso-espanhol estão situadas na periferia dos Estados com carências de acessibilidades, sendo predominantemente rurais, e com baixa densidade populacional, o que limita a evolução do crescimento económico, social, meio-ambiental e territorial. A fronteira entre Portugal e Espanha com 1.234 quilómetros é uma das mais antigas da Europa e a mais longa entre dois países; depois do Tratado de Alcanices, em 1296, teve apenas pequenos acertos, entre eles o resultante da Contenda de Moura de 1305, o do problema de Olivença de 1801 e da gestão dos rios internacionais (com problemáticas diferenciadas: a pesca no rio Minho, a qualidade e quantidade da água nos rios Douro, Tejo e Guadiana) e finalmente o Tratado de Lisboa de 1864 e as disposições adicionais de 1926.

Este espaço transfronteiriço de possível cooperação representa 27,1% do território ibérico (Fernandez e Almonte, 2014). As estatísticas revelam que este é um espaço caracterizado por escasso potencial económico, embora existam regiões de maior potencial que coincidem com um perfil demográfico menos envelhecido e com maior grau de urbanização, como são as regiões do Cávado e Pontevedra (como as regiões polarizadoras de maior potencial económico), Minho e Lima e Algarve, em consequência da litoralização que caracteriza estas unidades territoriais e da falta de adequação dos seus limites para definir os das regiões fronteiriças terrestres.

Do ponto de vista do emprego as principais actividades económicas centram-se na economia agro-pecuária de baixa produtividade, assim como na economia de serviços, nomeadamente no comércio, transportes, turismo e comunicações, com grande peso nas administrações públicas. A região fronteiriça portuguesa é caracterizada pela concentração de dinamismo demográfico e económico nas principais aglomerações coincidentes com as sedes de município. A economia apresenta um desenvolvimento regressivo resultante da carência de infra-estruturas, do envelhecimento populacional e do baixo nível de qualificação da população. A entrada de Portugal e Espanha na União Europeia (1986) tem promovido algum crescimento económico, apoiado pelos Fundos Estruturais e Programas e Iniciativas Comunitários, como o FEDER, FEOGA, Fundo de Coesão, INTERREG e LEADER, que têm melhorado as infra-estruturas e alguns equipamentos e serviços sociais destes espaços e de outros territórios rurais, embora a supressão da fronteira e respectivas alfândegas através do Acordo de Schengen de 1995 tenha colocado um ponto final numa actividade comercial importante, legal ou ilegal (contrabando), que a própria fronteira gerou durante largas etapas. No entanto, os concelhos da raia têm aproveitado apenas uma baixa percentagem desses fundos, pois a maior parte financeira destes fundos e programas de desenvolvimento têm vindo a beneficiar muito mais cidades distantes da fronteira, muito embora estas estejam paradoxalmente abrangidas pelo âmbito territorial dos mesmos. O que tem sido realizado no espaço fronteiriço tem sido muito escasso. Não existe, por assim dizer, uma verdadeira gestão integral deste espaço. A este facto não é alheia uma verdadeira burocracia imposta aos governos municipais pelos governos centrais ou autonómicos, no caso de Espanha, através de normativas e jurisdições rigorosas que, ainda por cima, são diferentes em ambos os lados da fronteira (Almonte e Garcia, 2018). A RIET<sup>3</sup> apresentou em janeiro do corrente ano uma proposta para um novo acordo substituto do tratado de Valência (2002) por um novo instrumento que desenhe uma verdadeira estratégia integrada para a cooperação transfronteiriça, muito para além da gestão de fundos europeus, com alterações do quadro jurídico que favoreçam a dinâmica empresarial e promo-

vam a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos, garantindo um papel mais importante às intervenções da sociedade civil.

Estas regiões possuem grandes espaços livres e têm a capacidade de reduzir as distâncias entre países vizinhos, podendo apresentar-se como elementos de atração para atividades que explorem as possibilidades das novas tecnologias de informação e comunicação em áreas do meio rural, fora dos principais centros económicos, criando a possibilidade de pequenas novas atividades. A estas oportunidades do lado da oferta juntam-se as oportunidades da procura dos consumidores urbanos por produtos com autenticidade no espaço rural. A diversidade deste espaço leva a que se considere a existência de regiões de fronteira por não se tratarem de espaços homogêneos, falando-se então de regiões e não de uma única região. Quaisquer planos de intervenção devem estar de acordo com as características de cada uma dessas regiões do espaço fronteiriço, e serem, por isso, diversificadas e ajustadas de forma eficaz.

## 5. O TURISMO E O ESPAÇO FRONTEIRIÇO PORTUGAL/ESPANHA

Na raia ibérica existe uma importante rede de património arqueológico, arquitectónico, cultural, paisagístico e ambiental de grande relevo.

O espaço fronteiriço luso-espanhol conta com uma vasta riqueza do património cultural: são 8 os sítios já considerados património da humanidade pela UNESCO, a que se somam bens de interesse cultural BIC<sup>4</sup>, como igrejas, palácios, conventos, espaços urbanos, fortalezas, castelos, etc. De entre eles destacam-se a região vitivinícola do Vale do Douro, o lugar de arte rupestre do vale do Coa, a cidade de Salamanca, a cidade de Cáceres, o mosteiro real de Santa Maria de Guadalupe, na província de Cáceres, o conjunto arqueológico de Mérida e os centros históricos de Évora e Elvas. À semelhança de Elvas, são alguns os municípios fronteiriços que possuem fortalezas baluarte que deveriam ser objecto do património mundial da UNESCO: Valença, na região Norte/Galiza, Almeida e Ciudad Rodrigo, na região Duero/Centro, e Marvão, Oli-

venza e Badajoz, na região Alentejo/Extremadura. O Parque Nacional de Doñana, na província de Huelva, os Parques Naturais do Tejo Internacional e do Douro Internacional, o Parque Natural de Montesinho e o Parque Nacional da Peneda-Gerês são exemplos de excelência do património ambiental e paisagístico da região de fronteira, com uma riqueza diversificada de flora e fauna. A utilização da fauna como cartaz turístico é comum, como se pode comprovar através dos documentos promocionais das regiões naturais protegidas. A observação das aves constitui um dos principais elementos dos espaços referidos, sendo de valorizar a raridade, variedade e abundância desses recursos. Na atualidade o “turismo ornitológico” é um dos setores mais dinâmicos, porque proporciona uma verdadeira experiência turística através da observação, conhecimento e interpretação das espécies. Por outro lado, determinadas espécies da fauna silvestre são objecto de actividades tradicionais como a caça. Vários são os territórios destinados ao turismo cinegético, onde dificilmente outro tipo de actividades seriam levadas a cabo. O património imaterial e a memória histórica deste espaço estão ainda muito presentes: exemplo disso são as muitas batalhas entre Portugal e Castela e Espanha e as invasões francesas no princípio do século XIX. Longe dos itinerários mais divulgados e turistificados, a envolvente da raia ibérica conserva valores ambientais e culturais únicos, refletidos numa variedade de paisagens naturais e num rico mosaico de terrenos agrícolas que, junto com o património ligado à história da fronteira e à vida rural, a converte num valioso recurso de turismo cultural. A este propósito são já algumas as propostas de rotas integrativas deste património referido, como um circuito turístico denominado “por terras rayanas”, em fase de projecto pela Universidade de Huelva, assim como a Rota das Fortificações de Fronteira e a Rota das Judiarias. A Rota das Fortificações de Fronteira possui um centro interpretativo em Ciudad Rodrigo e oferece narrativas que tentam fazer com que os visitantes acreditem que se encontram ainda num espaço nacional.

O turismo cultural, de natureza sensorial, tem na gastronomia um dos seus pilares mais sólidos, porque dentro das motivações da viagem a experiência tem aqui um dos seus pontos mais altos: a visão, os odores, os sabo-

res... Passando de geração em geração, chegou aos dias de hoje um vasto conjunto de receitas gastronómicas, muitas de origem monástica, que tornam este espaço num lugar de produção alimentar de qualidade. Estes são muito baseados nos recursos que a região dispõe – agrícolas, pecuários e cinegéticos – e que podem perfeitamente servir de porta de entrada da gastronomia local. A aposta na produção de qualidade dos produtos regionais, como o caso dos queijos, dos enchidos, do mel, do azeite, dos vinhos e dos licores, e a realização de feiras e outros eventos que dão a conhecer estes produtos são uma mais valia na oferta turística.

Os estabelecimentos termais de Baños de Molgas, Verín, Lobios, Arnoia, Laidas, do lado galego, e Gerês, Carvalhelhos, Chaves, Vidago e Pedras Salgadas, do lado português, que se encontram no território transfronteiriço entre a região da Galiza e a região norte de Portugal considerada como “raya seca”, possuem vastos recursos termais passíveis de serem aproveitados num itinerário conjunto que integre os estabelecimentos termais, as águas e a paisagem da fronteira. O projeto ‘A Raia Termal’, que faz parte do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), tem como objetivo a conservação dos espaços naturais fluviais de fronteira do Minho e do Lima, com o intuito de melhorar os recursos termais da região e da criação de uma rede que valorize turisticamente os recursos termais transfronteiriços de Ourense e do Norte de Portugal.

No âmbito do turismo de fronteira e do desenvolvimento rural, é importante referir o contributo do Turismo em Espaço Rural (TER), nomeadamente no campo do alojamento complementar. O TER é uma das formas mais capazes para que a revitalização da economia rural seja assegurada, sendo que será mais forte se conseguir valorizar os seus recursos internos como a história, as tradições e a cultura de cada região.

Para além dos recursos até aqui referenciados, muitas outras oportunidades ficam por caracterizar por não serem objeto deste artigo. Destaco apenas algumas ações que muito têm contribuído para a valorização deste espaço: a recuperação da memória de modos de vida da fronteira, hoje desaparecidos e já anteriormente referidos, como o caso do contrabando, que conta já com alguns centros

interpretativos; a promoção de eventos, rituais, festas e romarias tradicionais que estimulam a convivência das populações vizinhas e atraem forasteiros; e a difusão de variedades linguísticas como o mirandês e outras variedades galaico-portuguesas.

Neste último capítulo puseram-se em destaque elementos materiais e imateriais que, com o apagar da fronteira política, fazem aparecer novos marcos destinados a visibilizá-los. Este processo que podemos chamar de reinvenção requer a construção de uma narrativa que tenha como argumento central “os factos fronteiriços” cuja interpretação ilustre os modos de vida tradicionais e da memória colectiva deste espaço e populações, de maneira que consiga celebrar o “passado desaparecido”. Ao mesmo tempo, o turista revive esse passado quando visita um museu ou se senta na mesa de um restaurante e prova a gastronomia local. Desta forma, a fronteira recria-se numa “fronteira para o turismo”. Não se pode, no entanto, falar deste espaço como se de um destino turístico se tratasse, nem mesmo emergente. Mas apesar deste panorama, este território transfronteiriço possui os recursos e tem potencial para acolher um tipo de turismo de qualidade, com reflexos importantes na economia local e envolvente. O seu principal atrativo reside na ruralidade de um espaço que conserva a sua autenticidade.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Friedrich Ratzel-historiador, etnólogo e geógrafo alemão criador do “espaço vital” (1844-1904).
- <sup>2</sup> Projeto TURFRONT: levado a cabo por um grupo de investigadores das Universidades de Huelva, Salamanca, Extremadura e Vigo e que visa obter uma análise prospectiva do Turismo de Fronteira no período 2000-2020.
- <sup>3</sup> RIET – Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças.
- <sup>4</sup> BIC – figura jurídica do património espanhol.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMONTE, J.; GARCIA, F. (2018), “La Frontera como Recurso Turístico. Posibilidades del Bajo/Baixo Guadiana”, in *Revista de Estudios Andaluces*, 35 [Consult. a 14.08.2018]. Disponível em: [http://institucional.us.es/revistas/andaluces/35/ARTICULOS/art1\\_Jose%20Manuel%20Jurado-Almonte%20y%20Francisco%20Jose%20Pazos-Garcia.pdf](http://institucional.us.es/revistas/andaluces/35/ARTICULOS/art1_Jose%20Manuel%20Jurado-Almonte%20y%20Francisco%20Jose%20Pazos-Garcia.pdf).
- BICA, A. (2016), “A progressiva desertificação humana no norte e centro do país”, in *Esquerda.net*, 5 de Março [Consult. a 27.05.2018]. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/progressiva-desertificacao-humana-no-norte-e-centro-do-pais/41579>.
- BLASCO, D. (2013), *Tourism Destination Zoning and Governance in Border Regions*, Ph.D Thesis, Girona: Universitat de Girona [Consult. a 06.06.2018]. Disponível em: <https://dugi-doc.udg.edu/bitstream/handle/10256/9217/tdbf.pdf?sequence=6>.
- CAIRO, M., *Border-Crossing as a tourist experience in the spanish-portuguese border*, Madrid: Facultad de Ciencias Políticas y Sociología – Universidad Complutense de Madrid. Trabalho em curso [Consult. a 14.08.2018]. Disponível em: [http://paperroom.ipsa.org/papers/paper\\_14882.pdf](http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_14882.pdf).
- CÂMARA MUNICIPAL DE MELGAÇO (2017), *Lançamento do Projeto da “Raia Termal”: um destino dois países* [Consult. a 16.08.2018]. Disponível em: <http://www.cm-melgaco.pt/lancamento-do-projeto-da-raia-termal-um-destino-dois-paises/>.
- CONSELHO DE MINISTROS (1999), *Resolução 69/99 de 09-07. Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação*, Lisboa: DRE.
- COSTA, L.; CISNE, R.; OLIVEIRA, C. (2012), “Do Turismo de Fronteiras às Fronteiras do Turismo: repensando os espaços fronteiriços”, in *Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*, 16 e 17 de novembro de 2012, Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul [Consult. a 14.06.2018]. Disponível em: [https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_7/arquivos/07/04\\_47\\_47\\_Costa\\_Cisne\\_Oliveira.pdf](https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/07/04_47_47_Costa_Cisne_Oliveira.pdf).
- CPC – CONSULTORES DE POLÍTICAS COMUNITÁRIAS (2014), *Análise da situação económica, social e ambiental da zona fronteira de Espanha e Portugal*, FEDER – Programa de Cooperação Transfronteira Espanha/Portugal.
- FERNANDEZ, A.; ALMONTE, J. (2014), *Turismo de fronteira (III). Productos turísticos de la Raya ibérica*. Huelva: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Huelva.

- FERREIRA, M. (1998), "As regiões fronteiriças portuguesas: potencialidades de desenvolvimento no actual contexto de internacionalização", in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 11, pp. 337-353.
- FREITAS, M. (2017), *Observatório da Desertificação: da sensibilidade à prioridade das políticas* [Consult. a 27.05.2018]. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/observatorio-da-desertificacao-da-sensibilidade-a-prioridade-das-politicas-5737746.html>.
- GONÇALVES, M. (2004), *Dinâmicas territoriais em espaços transfronteiriços: Terras de Bouro (Portugal) e Lóbios (Espanha)*, Dissertação de Mestrado em Património e Turismo, Braga: Universidade do Minho.
- LACOSTE, Y. CLÉRO, J. (2007), "Le dépérissement de l'idée de frontière?", in *Cités*, 3 (31) [Consult. a 06.06.2018]. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cites-2007-3-page-127.htm>
- LIBERATO, D.; GONZÁLEZ, M.; LIBERATO, P. (2016), *Turismo de Fronteira, Aplicação à Raia Seca Luso-Espanhola, Região Norte de Portugal e Galiza*, Castellón de la Plana: AECIT – Asociación Española de Expertos Científico en Turismo.
- MACHADO, L. (2000), "Limites e Fronteiras: da Alta Diplomacia aos Circuitos da Ilegalidade", in *Revista Território*, ano V, 8, pp. 7-23 [Consult. a 27.05.2018]. Disponível em: [http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08\\_6\\_lia\\_osorio.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/08_6_lia_osorio.pdf).
- MARTÍN, J.; GALLEGU, J. (2016), "Atractivos naturales y culturales vs desarrollo turístico en la raya Luso-Extremeña", in *PASOS – Revista de Turismo y Património Cultural*, 14 (4) [Consult. a 16.08.2018]. Disponível em: [www.pasosonline.org](http://www.pasosonline.org).
- MEDEIROS, E. (2010), *A Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha e Suécia-Noruega – Efeito Barreira e Impactes Territoriais do INTERREG-A*, Tese de Doutoramento, Lisboa: IGOT – Universidade de Lisboa.
- PAIXÃO, R. (2006), *Globalização, Turismo de Fronteira, Identidade e Planeamento da Região Internacional de Corumbá/MS*, Tese – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo [Consult. a 29.05.2018]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-21062007-141550/pt-br.php>.
- RAMIREZ, J. (2017), "Turismo en la frontera: patrimonialización y cooperación transfronteriza en una periferia de la Unión Europea", in *Etnográfica – Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 21 (2) [Consult. a 14.06.2018]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etnografica/4940>.
- RANKIN, K.; SCHOFIELD, R. (2004), "The troubled historiography of classical boundary terminology", in *Ancillary Paper*, 2 [Consult. a 27.05.2018]. Disponível em: <https://www.qub.ac.uk/research-centres/CentreforInternationalBordersResearch/Publications/WorkingPapers/MappingFrontiersworkingpapers/Fileupload.175431.en.pdf>.
- RIET – REDE IBÉRICA DE ENTIDADES FRONTEIRIÇAS (2018), *A RIET apresenta uma proposta para um novo tratado entre Espanha e Portugal* [Consult. a 22.08.2018]. Disponível em: <http://www.rietiberica.eu/pt/actualidad-pt/noticias-pt/item/402-a-riet-apresenta-uma-proposta-para-um-novo-tratado-entre-espanha-e-portugal>.
- SANTOS, J. (2013), *O Turismo como motor de desenvolvimento de zonas com tendência ao despovoamento. Os concelhos de Idanha-a-Nova e de Penamacor como casos de estudo*, Dissertação de Mestrado, Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.